

CO802/12

Curitiba, 26 de setembro de 2012.

Ao Excelentíssimo Ministro Paulo Bernardo Silva
Assunto: CONCAR – Comissão de Cartografia

Introdução

A presente correspondência talvez esteja sendo enviada com dois anos de atraso. Tempestivamente, deveria ter sido encaminhada quando o senhor ainda era Ministro do Planejamento e sob seu comando estava a CONCAR – Comissão de Cartografia, em última análise o alvo da temática que ora abordo.

Como na época não me ocorreu , faço-o agora, por entender e identificar sua relevante atuação e influência junto ao núcleo do atual governo, em continuidade do que ocorreu no governo passado quando o senhor exerceu papel de confiança do ex Presidente Lula.

Sou engenheiro civil especializado em aerofotogrametria e atuo a 32 anos como empresário neste setor em que o Paraná já foi precursor e referência nacional. Em 1980, quando comecei, das cinco maiores empresas nacionais do setor, 3 estavam sediadas em Curitiba.

Segui este ramo da engenharia pois, além de gostar do que faço, identifiquei nele um campo vasto de trabalho a executar e pouca concorrência especializada.

Naquela ocasião já se falava do vazio cartográfico que o Brasil representava no mapa mundi, e da grande carência de mapas precisos e atualizados necessários para subsidiar os projetos que os planos desenvolvimentistas da época demandavam.

Pois bem, passados 32 anos, quase nada mudou, no que pese os avanços tecnológicos e as imagens satelitárias disponibilizadas por sistemas tipo Google Earth.

Histórico

Há seis anos venho representando a ANEA – Associação Nacional das Empresas de Aerolevantamentos, na CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia – órgão do Ministério do Planejamento que tem como principais objetivos coordenar e normatizar as ações cartográficas (e de geoinformação) no País.

Pois bem, em seis anos participando de reuniões plenárias com representantes de quase todos os Ministérios do Governo Federal, constato que muito pouco foi feito. Destaco neste período os seguintes acontecimentos e ações:

- elaboração do planejamento estratégico da CONCAR;
- concepção da INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais);
- início do mapeamento por RADAR da Região Amazônica.

Tirando estas três iniciativas, que andam num ritmo não condizente com as necessidades do país, o que eu testemunhei foi a inépcia da administração pública. Um verdadeiro inferno brasileiro...

Hoje, tirando o projeto amazônico, a duras penas em andamento sob o comando da DSG – Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, o País, com os PACs “em andamento”, com o apagão da infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos), precisando gerar mais energia e prevenir catástrofes naturais (encostas escorregando, áreas alagando, áreas com seca prolongada e erosão costeira), mais do nunca o país está por demandar investimentos em cartografia.

E o que o governo federal faz? Nada a não ser acompanhar as iniciativas pontuais dos Estados (nestes últimos seis anos, somente os Estados de Sergipe, São Paulo e Santa Catarina investiram em produtos com características técnicas para subsidiar iniciativas desenvolvimentistas), que não podendo mais esperar investem recursos próprios em suas bases cartográficas contemplando os respectivos territórios estaduais. Posteriormente o IBGE, tal como um “chopim”, procura obter gratuitamente estes dados e lançar na sua base (a INDE supra referida – que por ele é gerida).

Hoje a situação é a seguinte:

- A CONCAR se encontra paralisada, com suas subcomissões esvaziadas e sem um regimento interno que regulamente o seu funcionamento, bem como as tomadas de decisões, tudo por conta de um impasse existente entre o IBGE e a DSG (dois fortes agentes do cenário cartográfico);
- A DSG e o IBGE historicamente possuem atribuições que se superpõem no que diz respeito a execução de mapas pertencentes ao mapeamento sistemático, e isto, na minha visão, é pernicioso para o País pois, ao contrário do que se busca, gera desperdícios e divide os esforços;
- A DSG, com a disciplina e a estrutura do exército, se encontra mais apta e preparada a produzir mapas, que é o que realmente precisamos;
- O IBGE, cujo foco principal é o CENSO, se desestruturou ao longo destes anos, perdendo pessoal e capacidade de gerar produtos cartográficos. Identifico no IBGE aptidão para gerir a INDE (através de seu quadro de analistas) e de cuidar da rede geodésica e gravimétrica de primeira ordem (muito importante para o sistema geodésico do país);

Proposição

Diante desta conjuntura, imaginamos que os seguintes caminhos devem ser seguidos:

- Concentrar a obrigação de executar as cartas militares terrestres e de validar e certificar a cartografia sistemática do país, somente com a DSG (Exército Brasileiro). Levando em conta que as cartas náuticas e as cartas de rota aeronáuticas já são de responsabilidade da Marinha e da Aeronáutica, repectivamente;
- Concentrar a manutenção, densificação, ajustamento da rede geodésica e gravimétrica, bem como o gerenciamento da INDE, junto ao IBGE;

- Concentrar a produção dos produtos cartográficos topográficos em escala sistemática ou cadastral (deixando os temáticos a quem de interesse) junto ao parque das empresas privadas (de aerolevanteamento, sensoriamento remoto, ou de geoprocessamento), cuja capacidade de produção supera em muito a dos órgãos estatais. Esta medida, além de prestigiar e viabilizar a manutenção deste parque empresarial – Brasil é um dos poucos países na América do Sul a contar com a iniciativa privada atuando nesta área, propiciaria que as demandas nacionais fossem atendidas nos prazos que o momento requer. Aos órgãos estatais restaria especificar, normatizar, validar e certificar os produtos gerados.

A título de exemplificação do que digo sob a (in) capacidade dos órgãos estatais, lembro que a COPEL fez convênio tanto com a DSG como com IBGE para que produzissem cartas topográficas atualizadas sobre o território paranaense, a partir de coberturas aéreas executadas por nossas empresas (privadas) nos anos de 1995 e 1996. Pois bem, tanto o IBGE como a DSG somente começaram a entregar produtos nos anos de 2006, ou seja, 10 anos após as imagens terem sido obtidas. Na minha visão, algo inconcebível, pois o material disponibilizado já tinha 10 anos de defasagem em relação a realidade de então! Talvez para que estava trabalhando com mapas desatualizados por mais de 40 anos, só 10 já era um grande avanço!

Só que esta situação não se sustenta atualmente!

Para finalizar, diria que a inoperância da CONCAR, está por fomentar a iniciativa da criação de um Projeto de Lei, criando a ANCAR e um Código Cartográfico, por iniciativa do Deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP).

Tal como a educação e a saúde, que são condicionantes recorrentes e prioritárias, a cartografia está por merecer um tratamento corajoso e decidido para favorecer o desenvolvimento de nossa sociedade e de nosso País.

Contando com sua visão e atenção, apresento meus votos de elevada consideração.

Eng. Civil Renato Asinelli Filho

